

A PERIODIZAÇÃO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM DIÁLOGO COM DERMEVAL SAVIANI

Mateus Martins Viudes¹
André Cristovão Sousa²
Giuliana Loffredo Gutierrez³
Sérgio Felipe Abreu de Britto Bastos⁴
Maria Silvia Almeida de Souza França⁵

RESUMO: A periodização é uma questão central nos estudos históricos, sendo especialmente complexa e controversa. Este artigo analisa a nova periodização das ideias pedagógicas no Brasil, proposta por Dermeval Saviani em sua obra "História das Ideias Pedagógicas no Brasil". A análise considera os períodos propostos, subdivididos em fases, e discutem suas implicações teóricas e práticas na construção da história da educação no Brasil. A nova periodização oferece uma abordagem mais precisa e abrangente, destacando a hegemonia das ideias pedagógicas em diferentes momentos históricos.

1201

Palavras-chave: Brasil. Educação. ideias pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A periodização é um elemento crucial na historiografia, permitindo a organização e a compreensão dos fenômenos históricos. No campo da educação, essa prática ganha complexidade adicional devido à multiplicidade de fatores que influenciam o desenvolvimento das ideias pedagógicas. Este artigo tem como objetivo explorar a nova periodização das ideias pedagógicas no Brasil, proposta por Dermeval Saviani, analisando suas implicações e oferecendo uma reflexão crítica sobre sua validade e utilidade para pesquisadores e educadores. A proposta de periodização de Saviani foi revisada com base

¹Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente da Educação Básica.

²Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo e Docente da Educação Básica.

³Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Educação Básica.

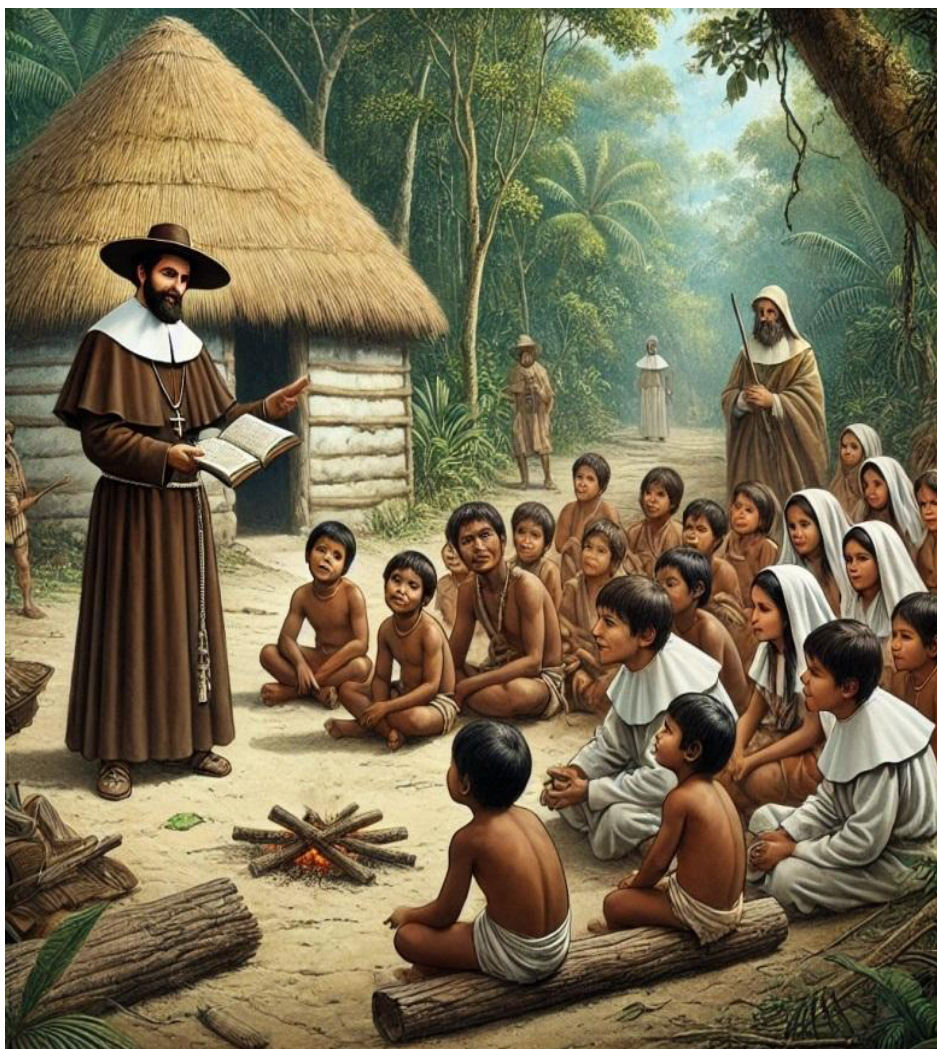
⁴Doutorando em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Instituto Federal de Minas.

⁵Mestra em Projetos Educacionais de Ciências pela (EEL-USP). Escola de Engenharia de Lorena da Universidade de São Paulo. Docente do Ensino Superior na Faculdade Tecnologia de SP - FATEC-Pindamonhangaba. Coordenadora de Gestão Pedagógica da Educação Básica.

em uma análise minuciosa dos dados coletados entre 1998 e 2000. Essa revisão resultou em uma subdivisão mais precisa dos períodos originalmente estabelecidos, proporcionando um entendimento mais detalhado das transformações pedagógicas no Brasil.

A seguir, são apresentados os períodos e suas respectivas fases, ilustrando como eram a escola e a educação em cada uma delas, acompanhadas de citações importantes e fatos relevantes. Cada fase contempla a posição do aluno, do professor e a cultura da época. A revisão da proposta de periodização de Saviani envolveu uma análise minuciosa dos dados coletados entre 1998 e 2000. Não houve necessidade de alterações nos dois primeiros períodos, mas foi introduzida uma maior precisão, subdividindo-os em fases.

PRIMEIRO PERÍODO (1549-1759): MONOPÓLIO DA VERTENTE RELIGIOSA DA PEDAGOGIA TRADICIONAL



(FONTE: AUTORES 2024)

Fase 1: Uma pedagogia brasílica ou o período heróico (1549-1599)

Durante essa fase, a educação no Brasil era dominada pelos jesuítas, que chegaram ao país em 1549. As escolas funcionavam principalmente como missões religiosas, onde os indígenas eram catequizados e ensinados a ler e escrever. As aulas ocorriam em espaços improvisados, como choças ou ao ar livre. O aluno, frequentemente indígena, era visto como um receptor passivo dos ensinamentos religiosos. O professor, geralmente um missionário jesuíta, era a autoridade absoluta no processo educativo. Segundo Serafim Leite (1938), "os jesuítas implantaram as primeiras escolas no Brasil, focando na catequese e na alfabetização básica dos índios".

Fase 2: A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o Ratio Studiorum (1599-1759)

A partir de 1599, com a publicação do Ratio Studiorum, a educação jesuítica tornou-se mais estruturada e formalizada. As escolas jesuíticas passaram a seguir um currículo rigoroso que incluía gramática, retórica, filosofia e teologia. Os alunos, agora também filhos de colonos, eram submetidos a uma educação disciplinada e de alta qualidade. Os professores jesuítas continuavam a ser figuras de autoridade, mas agora seguiam um sistema pedagógico padronizado. Segundo Bittencourt (2003), "o Ratio Studiorum padronizou o ensino jesuítico, promovendo uma educação de alta qualidade e disciplinada".

1203

SEGUNDO PERÍODO (1759-1932): COEXISTÊNCIA ENTRE AS VERTENTES RELIGIOSA E LEIGA DA PEDAGOGIA TRADICIONAL



(FONTE: AUTORES 2024)

Fase 1: A pedagogia pombalina ou as ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827)

A expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal marcou o início desta fase. As escolas passaram a ser administradas pelo Estado, adotando um currículo secular que incluía disciplinas como aritmética, geometria e ciências naturais. O aluno passou a ser preparado para servir ao Estado e à economia, refletindo uma visão mais utilitarista da educação. Os professores, agora funcionários do Estado, perderam parte da autoridade moral que os jesuítas possuíam. Segundo Ribeiro (1986), "as reformas pombalinas visavam criar uma educação que estivesse a serviço do Estado e da economia".

Fase 2: Desenvolvimento da pedagogia leiga: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932)

Durante este período, a educação brasileira foi influenciada por diversas correntes filosóficas, como o liberalismo e o positivismo. As escolas adotaram um currículo mais diversificado e inclusivo, refletindo a diversidade de pensamentos da época. O aluno começou a ser visto como um indivíduo com potencial de desenvolvimento intelectual e moral. Os professores, agora mais diversos em formação e perspectivas, começaram a experimentar métodos de ensino mais inclusivos e progressistas. Segundo Nagle (1976), "a influência do positivismo e do liberalismo no currículo escolar refletiu a busca por uma educação que acompanhasse as mudanças sociais e políticas da época".

1204

TERCEIRO PERÍODO (1932-1969): PREDOMINÂNCIA DA PEDAGOGIA NOVA



(FONTE: AUTORES 2024)

Fase 1: Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947)

Com a Reforma Francisco Campos em 1931 e a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, houve um equilíbrio entre as abordagens tradicionais e as novas propostas pedagógicas. As escolas começaram a incorporar métodos ativos de ensino, valorizando a experiência do aluno. O aluno era incentivado a participar ativamente do processo educativo, desenvolvendo sua autonomia e criatividade. O professor, por sua vez, tornou-se um facilitador da aprendizagem, em vez de uma figura autoritária. Segundo Saviani (2008), "esse período foi marcado pela tentativa de conciliar a tradição com as novas teorias educacionais".

Fase 2: Predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961)

A influência da Escola Nova tornou-se predominante, com foco na aprendizagem ativa e na formação integral do aluno. As escolas adotaram métodos como o ensino por projetos e o trabalho em grupo. O aluno era visto como um ser integral, cujo desenvolvimento emocional e social era tão importante quanto o intelectual. O professor atuava como um guia e mediador, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo. Segundo Anísio Teixeira (1956), "a Escola Nova trouxe uma renovação pedagógica que valorizava a criatividade e a autonomia dos estudantes".

1205

Fase 3: Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969)

A partir dos anos 1960, a pedagogia nova entrou em crise, abrindo espaço para a pedagogia tecnicista, que enfatizava a eficiência e a preparação técnica dos alunos para o mercado de trabalho. As escolas passaram a utilizar técnicas mais padronizadas e avaliações rigorosas. O aluno foi transformado em um executor de tarefas, treinado para atender às demandas do mercado de trabalho. O professor tornou-se um técnico, focado na transmissão de habilidades específicas. Segundo Gentili (1995), "a pedagogia tecnicista respondia às demandas de uma sociedade em rápida industrialização".

QUARTO PERÍODO (1969-2001): CONFIGURAÇÃO DA CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA PRODUTIVISTA



FONTE: AUTORES, 2024.

1206

FASE 1: Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da visão crítico-reprodutivista (1969-1980)

Durante este período, a pedagogia tecnicista continuou a predominar, mas também surgiram críticas e manifestações de outras correntes filosóficas e educacionais. As escolas se tornaram mais mecanizadas e focadas na eficiência. O aluno era visto como um produto do sistema educacional, cujo sucesso era medido por padrões e testes padronizados. O professor desempenhava um papel de executor de um currículo pré-determinado. Segundo Freire (1987), "a educação tecnicista limitava a criatividade e a criticidade dos alunos".

FASE 2: Ensaios contra-hegemônicos: pedagogias da “educação popular”, pedagogias da prática, pedagogia crítico-social dos conteúdos e pedagogia histórico-crítica (1980-1991)

Nesta fase, surgiram diversas propostas contra-hegemônicas que buscavam uma educação mais inclusiva e crítica. Movimentos como a educação popular e a pedagogia histórico-crítica ganharam força. O aluno era visto como um agente ativo em seu processo

de aprendizagem, com voz e participação. O professor atuava como um facilitador e mediador, promovendo uma educação crítica e emancipatória. Segundo Arroyo (1999), "essas pedagogias contra-hegemônicas buscavam transformar a educação em um instrumento de emancipação e justiça social".

FASE 3: O neoprodutivismo e suas variantes: neo escolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo (1991-2001)

A partir dos anos 1990, emergiram novas variantes pedagógicas que tentavam conciliar as demandas produtivistas com as abordagens progressistas. O neoescolanovismo, o neoconstrutivismo e o neotecnicismo buscaram integrar a inovação pedagógica com a preparação para o mercado de trabalho.

O aluno era visto como um aprendiz ativo e crítico, capaz de construir seu conhecimento. O professor tornava-se um facilitador de experiências de aprendizagem significativas. Segundo Libâneo (2001), essas novas correntes pedagógicas refletem um esforço de adaptação às transformações sociais e econômicas da globalização, sem abandonar os princípios de uma educação crítica e formativa".

IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA PERIODIZAÇÃO

1207

A nova periodização de Saviani baseia-se na hegemonia das ideias pedagógicas em diferentes períodos históricos, oferecendo uma visão mais integrada e abrangente da história das ideias pedagógicas no Brasil. Essa abordagem permite uma compreensão mais detalhada das dinâmicas pedagógicas e institucionais que moldaram a educação brasileira ao longo do tempo. Por exemplo, a divisão do primeiro período em fases permite uma análise mais precisa da evolução da pedagogia jesuítica. Inicialmente, no período heróico (1549-1599), a educação era dominada pelos jesuítas que catequizavam e alfabetizavam os indígenas em condições rudimentares. Os alunos eram receptores passivos dos ensinamentos religiosos, enquanto os professores, missionários jesuítas, eram autoridades absolutas no processo educativo. Com a institucionalização da pedagogia jesuítica através do Ratio Studiorum (1599-1759), a educação tornou-se mais estruturada e formalizada. As escolas seguiam um currículo rigoroso que incluía gramática, retórica, filosofia e teologia, promovendo uma educação disciplinada e de alta qualidade. No segundo período (1759-1932), a subdivisão em fases revela as nuances da transição da pedagogia pombalina para a leiga.

A pedagogia pombalina (1759-1827) foi marcada pela expulsão dos jesuítas e a secularização da educação, com escolas administradas pelo Estado e currículos focados em disciplinas como aritmética e ciências naturais. Durante o desenvolvimento da pedagogia leiga (1827-1932), diversas correntes filosóficas como elitismo, liberalismo e positivismo influenciaram a educação. As escolas adotaram um currículo mais diversificado e inclusivo, refletindo a busca por uma educação que acompanhasse as mudanças sociais e políticas da época. No terceiro período (1932-1969), a predominância da pedagogia nova é evidenciada por fases que destacam o equilíbrio entre pedagogia tradicional e nova, a ascensão da Escola Nova e a crise que levou à pedagogia tecnicista. Com a Reforma Francisco Campos e a Lei Orgânica do Ensino Secundário, as escolas começaram a incorporar métodos ativos de ensino, promovendo a participação ativa dos alunos.

A pedagogia nova valorizava a criatividade e autonomia dos estudantes, transformando o papel do professor em um facilitador. No entanto, a partir dos anos 1960, a crise da pedagogia nova abriu espaço para a pedagogia tecnicista, que enfatizava a eficiência e a preparação técnica dos alunos para o mercado de trabalho. O quarto período (1969-2001) é caracterizado pela configuração da concepção pedagógica produtivista. Durante esse tempo, a pedagogia tecnicista predominou, mas surgiram também manifestações de outras correntes filosóficas e educacionais. As escolas se tornaram mais mecanizadas e focadas na eficiência, com alunos sendo preparados para atender às demandas do mercado de trabalho. Nos anos 1980, surgiram ensaios contra-hegemônicos, como as pedagogias da “educação popular” e a pedagógica histórico-crítica, que buscavam uma educação mais inclusiva e crítica. A partir dos anos 1990, novas variantes pedagógicas como o neoescolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo tentaram conciliar as demandas produtivistas com abordagens progressistas, integrando inovação pedagógica e preparação para o mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

A nova periodização das ideias pedagógicas no Brasil, proposta por Dermeval Saviani, representa um avanço significativo na historiografia educacional. Ao focar na hegemonia das ideias pedagógicas, a nova periodização oferece uma abordagem mais precisa e abrangente, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas pedagógicas e institucionais. Essa nova abordagem não apenas enriquece a compreensão histórica da

educação no Brasil, mas também oferece ferramentas valiosas para educadores e pesquisadores. A possibilidade de identificar continuidades e discontinuidades nas ideias pedagógicas permite uma análise mais crítica e informada das práticas educacionais contemporâneas. Além disso, a compreensão aprofundada das influências históricas pode guiar a formulação de políticas educacionais mais eficazes e contextualizadas. A contínua reflexão sobre os critérios de periodização é essencial para o avanço dos estudos históricos e para a construção de uma história da educação mais precisa e abrangente. Ao integrar as diferentes fases e suas influências culturais, políticas e pedagógicas, a nova periodização de Saviani promove um entendimento mais holístico e dinâmico da evolução educacional no Brasil. Portanto, esta abordagem representa uma contribuição fundamental para o campo da história da educação, proporcionando uma base sólida para futuras pesquisas e debates teóricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Mirian Limoeiro. **A periodização e a ciência da história.** 1977.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. **A construção do objeto histórico.** 1976.

1209

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil:1500-1889.** 1989.

CARVALHO, Marta. **A periodização na história da educação.** 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 1978.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **A história da escola brasileira.** 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 35. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.

WARDE, Miriam Jorge. **Contribuições da história para a educação**. Em Aberto, Brasília: INEP/MEC, ano 9, n. 47, p. 3-11, jul./set. 1990.